



## PODER

# Supremo reage aos ataques de Musk...

Barroso diz que "inconformismo contra a democracia se manifesta na instrumentalização criminosa das redes sociais" e destaca a obrigação de empresa em operação no país se sujeitar à Constituição. Fachin defende a decisão de investigar bilionário

» RENATO SOUZA

Um dia após os comentários do bilionário Elon Musk contra o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, saiu em defesa da instituição e do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito das milícias digitais. O magistrado enfatizou que qualquer empresa que opere em território nacional "está sujeita à Constituição Federal".

"Como é público e notório, travou-se recentemente no Brasil uma luta de vida e morte pelo Estado Democrático de Direito e contra um golpe de Estado, que está sob investigação nesta Corte com observância do devido processo legal". "O inconformismo contra a prevalência da democracia continua a se manifestar na instrumentalização criminosa das redes sociais", frisou.

Segundo Barroso, "o Supremo Tribunal Federal atuou e continuará a atuar na proteção das instituições, sendo certo que toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal, às leis e às decisões das autoridades brasileiras". O ministro acrescentou que "decisões judiciais podem ser objeto de recursos, mas jamais de descumprimento deliberado", e ressaltou que essa é uma regra global.

Musk, dono do X (antigo Twitter), empresa que tem sede nos Estados Unidos, foi incluído como investigado nas apurações que correm no tribunal.

No fim de semana, o bilionário fez uma série de ataques ao Supremo e a Moraes, afirmando que tornariam públicas decisões anteriores do magistrado, que determinaram o bloqueio de perfis de acusados de espalhar fake news, de fazer ataques às instituições, de ameaçar e incitar golpe de Estado.

Musk afirmou, ainda, que não cumpriria as determinações do Judiciário brasileiro de manter contas suspensas. Horas depois, Moraes fixou multa de R\$ 100 mil por dia para cada perfil que fosse desbloqueado sem autorização legal. Apesar das ameaças, os perfis suspensos pelo Supremo continuam inoperantes no Brasil.

Ontem, Musk voltou à carga. Disse que recebeu determinações da Justiça para suspender perfis na plataforma, mas que a empresa foi impedida de informar que era uma ordem judicial. Segundo ele, a companhia deveria alegar que a suspensão ocorreria em razão da violação de regras internas do X. O bilionário sul-africano não citou nenhuma conta específica que se enquadraria nessa situação.

Em uma outra postagem, ele chamou Moraes para debater publicamente as decisões do Supremo. "Este é o cerne do problema. O que você diz, Alexandre? Vamos debater isso abertamente", escreveu o magnata.

Informações obtidas pela reportagem apontam que é remota a chance de o Supremo determinar a retirada do ar do X no Brasil. Porém muitas mais pesadas podem ser aplicadas, caso as decisões judiciais sejam descumpridas.

### Representação

O ministro Edson Fachin, do STF, também se manifestou. Ele defendeu a decisão de investigar Musk. "Não tem como, obviamente, não instaurar contra ele o respectivo procedimento para que responda, porque fomentar o descumprimento de ordens judiciais no Brasil significa fomentar a diminuição das instituições", argumentou o magistrado, ontem, em visita à Defensoria Pública do Paraná.

Atualmente, o X não tem escritório no Brasil, mas é representado por um grupo de advogados. Desde que assumiu o comando da empresa, em 2022, Musk demitiu milhares de funcionários e fechou representações em diversos países. Na ocasião, o Brasil estava no período de campanha, e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), chefiado por Moraes, ameaçou retirar a rede do ar, caso não existisse nenhum representante para receber e cumprir ordens da Justiça Eleitoral.

À época, Musk decidiu contratar um escritório jurídico no Brasil e nomeou um dos advogados como diretor da plataforma no país.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Barroso lembrou que o Brasil travou "uma luta de vida e morte pelo Estado Democrático de Direito e contra um golpe de Estado"



**O Supremo Tribunal Federal atuou e continuará a atuar na proteção das instituições, sendo certo que toda e qualquer empresa que opere no Brasil está sujeita à Constituição Federal, às leis e às decisões das autoridades brasileiras"**

**Luís Roberto Barroso,**  
presidente da Corte



**Não tem como, obviamente, não instaurar contra ele o respectivo procedimento para que responda, porque fomentar o descumprimento de ordens judiciais no Brasil significa fomentar a diminuição das instituições"**

**Edson Fachin,**  
ministro do STF

## PF apura se houve crime

A Polícia Federal (PF) vai investigar se o empresário Elon Musk, dono da rede social X, cometeu crime ao ameaçar descumprir decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e criticar o ministro Alexandre de Moraes.

O procedimento foi aberto por ordem do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, após o empresário prometer reativar perfis bloqueados por determinação do STF e deu a entender que poderia encerrar as operações no Brasil por "princípios".

A PF vai analisar se as declarações do empresário podem ser enquadradas, por exemplo, como apologia ao crime.

A corporação também monitora os desdobramentos do caso. Elon Musk prometeu publicar decisões judiciais que

determinaram o bloqueio de perfis no X, alegando que elas promovem censura, mas há determinações em sigilo. Uma eventual divulgação pode ser interpretada como vazamento indevido.

O bilionário declarou ainda que Moraes "deveria renunciar ou sofrer um impeachment". Em resposta, o ministro incluiu o empresário como investigado no inquérito das milícias digitais.

Segundo Moraes, Musk "iniciou uma campanha de desinformação sobre a atuação" do STF e do TSE, "instigando a desobediência e obstrução à Justiça, inclusive, em relação a organizações criminosas, ordens emanadas da Justiça brasileira relacionadas ao bloqueio de perfis criminosos e que espalham notícias fraudulentas".

## ... E Pacheco cobra votação do PL das Fake News

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pacheco: PL "não é censura, não é limitação à liberdade de expressão"

» ALINE BRITO  
» ANDREA MALCHER  
» EVANDRO ÉBOLI

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu, ontem, a regulamentação das redes sociais. Em meio aos atritos entre o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o empresário Elon Musk, proprietário do X (antigo Twitter), o senador disse que estabelecer regras para as plataformas digitais é "inevitável". Ele cobrou da Câmara a votação do projeto de lei que traça esses limites.

"O Senado Federal aprovou, em 2020, um projeto de lei de regulação das plataformas digitais. Considero isso fundamental. Não é censura, não é limitação à liberdade de expressão. São regras para o uso dessas plataformas digitais, para que não haja

captura de mentes de forma discriminada que possa manipular desinformações, disseminar ódio, violência, ataque às instituições", enfatizou.

O PL 2.630/2020, citado por Pacheco, cria a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e ficou conhecido como o PL das Fake News. A matéria está parada na Câmara, sob relatoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), e não apresenta consenso para ser votada.

"Há um papel cívico que deve ser exercido pelas plataformas digitais de não permitir que esse ambiente seja de vale-tudo, para que haja adesão de pessoas e, com isso, gere mais lucro para essas plataformas", frisou. "É uma regulamentação legal que nós votamos no Senado e, hoje, está na Câmara dos Deputados. Espero que a Câmara possa evoluir,

para termos uma lei federal que discipline essas plataformas digitais no Brasil", cobrou.

Pacheco considerou "inevitável" o andamento do PL das Fake News na Câmara, já que é necessária uma "disciplina legal em relação a isso", sob pena, caso o Brasil não estabeleça esses limites, de "haver uma discricionariedade por parte das plataformas que não se sentem obrigadas a ter o mínimo ético do manejo dessas informações e desinformações nessas redes sociais".

"A internet é um advento extraordinário para a humanidade, para o Brasil também é, mas precisa ser usada para o progresso da nação, não para disseminação de estupidez, de violação de instituições, violação do convívio da sociedade, destruindo relacionamentos", concluiu.

Na Câmara, dificilmente o PL das Fake News irá à votação

nos próximos dias. O relator, Orlando Silva, anunciou que vai levar o assunto à discussão na reunião de líderes nesta semana, mas o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), não está disposto a tratar o tema de uma hora para outra.

A manifestação de Musk alimentou ainda mais a postura contrária da oposição ao projeto. Aliados de Jair Bolsonaro são resistentes ao assunto, com o argumento de que restringe a liberdade de expressão, o que não é verdade, mas é o que interessa a esse grupo disseminar nas suas redes, em que está boa parte de seu público.

Orlando Silva tem dito que o texto precisa ser votado com urgência para o país ter, enfim, algum regramento sobre o assunto.

**Leia mais sobre o caso Musk na página 4**